

A LEI DE SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS

20 de Abril de 1911

A Primeira República (1910-1926) instituiu a laicidade em Portugal, ou seja, a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Durante toda a vigência da Monarquia Constitucional (1822/1834-1910) existiu uma religião de Estado: a Católica. Era protegida por lei e gozava de privilégios que não eram reconhecidos a mais nenhuma religião. Este facto era considerado uma limitação às liberdades individuais típicas dos regimes liberais e foi amplamente aproveitado pelo Partido Republicano para atacar o regime monárquico e a própria Igreja Católica.

Os Republicanos atacavam a Igreja Católica porque a consideravam um factor de atraso e que se alimentava da ignorância do povo para manter a sua influência no Estado e na Sociedade. Daí que em muitos textos e imagens de propaganda, os republicanos tenham criticado ferozmente a Igreja. Muitas das acusações eram exageradas e resultavam do anticlericalismo que caracterizou a acção e o pensamento de muitos sectores do Partido Republicano Português.

Uma vez implantada a República, o Governo Provisório fez publicar legislação anticlerical e anticongregacionista (algumas destas leis eram originárias do tempo do Marquês de Pombal e da Monarquia Constitucional) que expulsou as ordens religiosas de Portugal. As Leis mais importantes foram, porém, a *Lei de Separação do Estado e das Igrejas* de 20 de Abril de 1911 e a Constituição aprovada no mesmo ano. Ao passo que a Constituição proclamava a neutralidade religiosa do Estado e, como tal, a Liberdade de Consciência e a Igualdade Religiosa, a Lei de Separação era uma lei específica sobre a laicização do Estado. Tinha 196 artigos, constituindo um documento muito polémico e, em muitos aspectos, ofensivo para a Igreja.

O autor desta lei foi Afonso Costa [na caricatura], ministro da Justiça do Governo provisório. Afonso Costa era profundamente anticlerical e ensaiou uma política radical de laicização do Estado e, mais do que a simples neutralidade em matéria religiosa, ou seja, uma laicidade bem entendida, pretendeu eliminar o espaço de actuação da Igreja. Como o próprio terá confessado «a acção da medida será tão salutar que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu».



A REPÚBLICA E A IGREJA



A 1ª República Portuguesa (1910-1926) foi fortemente influenciada pela IIIª República Francesa (1870-1940). Em comum tinham as referências evidentes ao positivismo, ao legado do Iluminismo e da Revolução Francesa (1789). Como tal, muitos dos seus combates e polémicas foram comuns. Destacáramos a *Questão Religiosa*, ou seja, as relações entre o Estado e a Igreja. Ambos os regimes eram laicistas, isto é, pretendiam limitar ou eliminar a influência da Igreja na sociedade e na organização do Estado.

De toda a legislação laicizadora produzida, destaca-se, em França, a *Loi Concernant la Séparation des Eglises et de l'Etat* de 9 de Dezembro de 1905 e, em Portugal, a *Lei de Separação do Estado e das Igrejas* de 20 de Abril de 1911, directamente inspirada na sua congénere francesa.

A imagem que acima se reproduz foi publicada na revista *Historia* (Maio de 2005), cujo dossier foi dedicado ao centenário da lei francesa. Pode-se ver, tal como se indica na legenda, o estadista francês Émile Combes a cortar as amarras que prendiam a República e a Liberdade – simbolizadas pela célebre Marianne – à Igreja, metaforicamente apresentada na figura do Papa de então, Pio X. Destaque para o *philosophe* iluminista Voltaire a inspirar a ruptura, evidência da herança dos valores das *Luzes* tais como a liberdade de consciência.

A LEI DE SEPARAÇÃO DE 1911

2.
Lisboa, 29 de Abril de 1912

LANTERN

FOLHA SATÍRICA UMORESTICA E ILUSTRADA
Proprietário-Gerente: CAMPOS DUMAS
Diretor: Artur Arriegas

Redação, administração e tipografia: Travessa da Espora, 11
EDITOR—Bernardo Neve

PUBLICA-SE A 2.ª FEIRA
Avulso 10 réis

ASSINATURA
Lisboa (ano).....
 (semester).....
Provincia (ano).....
 (semester).....

O anniversario da Separação



Na rua—O Zé Bebedo: Viva o "sôr"
Afonso Costa!.. Lá vai mais estel..

Em casa a mulher e os filhos:
O pão nosso, cada dia nos dae ôje, per-
doae-nos Senhor as pessas devidas...

*Primeiro aniversário da lei da separação
(L., 29-IV-1912)*

NEM MONARQUIA NEM RELIGIÃO



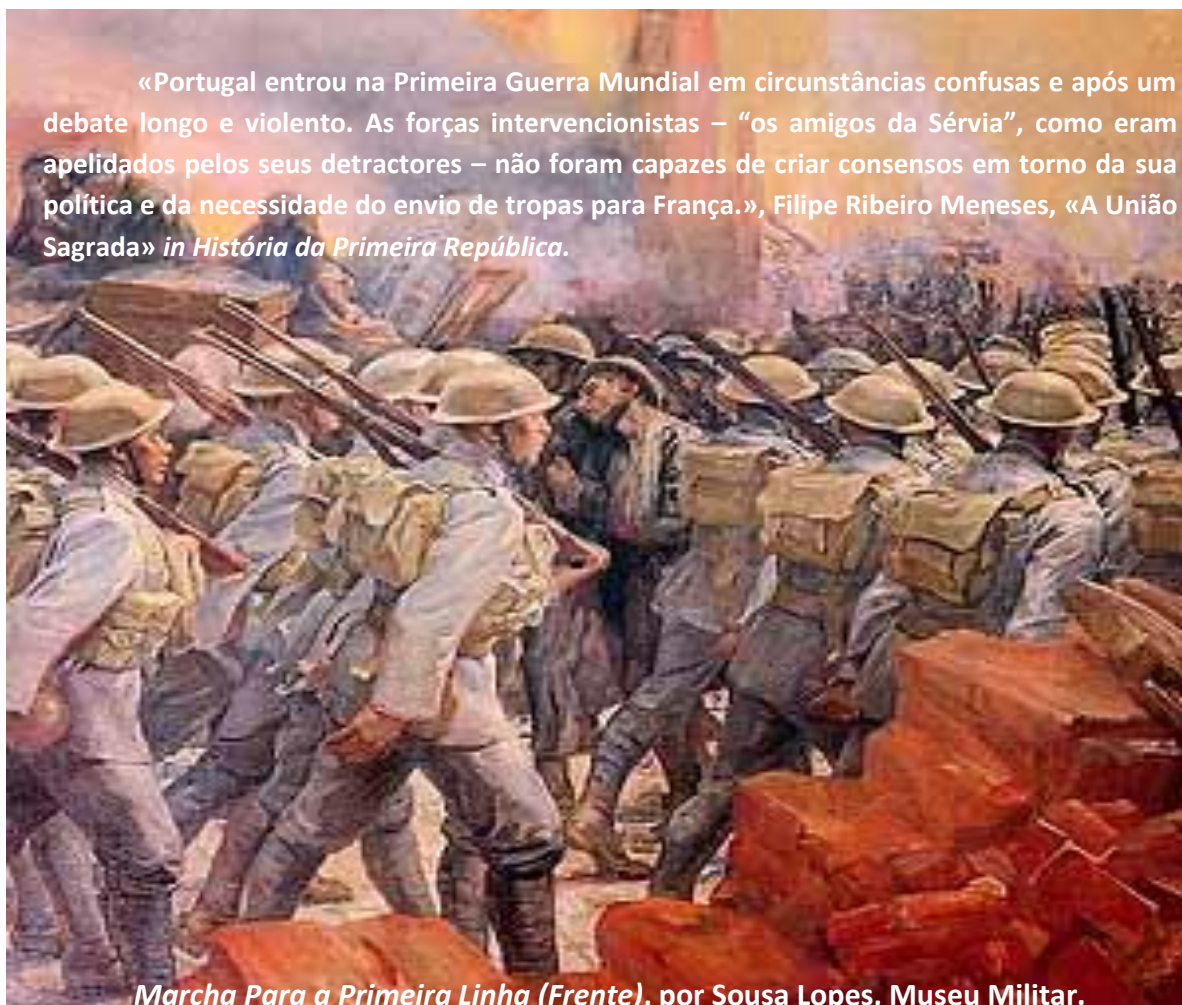
Três atitudes do Zé - (Z., 9-V-1911)

«ALELUIA!»

PORTUGAL NA GUERRA

(título de João Chagas)

«Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial em circunstâncias confusas e após um debate longo e violento. As forças intervencionistas – “os amigos da Sérvia”, como eram apelidados pelos seus detractores – não foram capazes de criar consensos em torno da sua política e da necessidade do envio de tropas para França.», Filipe Ribeiro Meneses, «A União Sagrada» in *História da Primeira República*.



Marcha Para a Primeira Linha (Frente), por Sousa Lopes, Museu Militar.

«País pequeno, fraco e desgovernado (por dois regimes de impostores e de ladrões), país colocado fora do teatro directo da guerra, a nossa acção militar ou outra nada traria por si de útil à solução, guerreira ou outra, do problema. Nada pesamos na balança das forças eficientes (...)».

Fernando Pessoa, poeta e republicano conservador, futuro apoiante de Sidónio Pais, em resposta a um apelo de João de Barros.

A REPÚBLICA E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL



«Vamos para a guerra porque a Inglaterra o deseja» e «porque disso carece», António José de Almeida (1866-1929), republicano, médico e jornalista, fundador e chefe do Partido Evolucionista.